

## CONTRATO 006/2020

Processo nº. 02.20.661

Contratação de empresa para execução de serviços auxiliares por 01 (um) Adolescente Trabalhador, em formação pessoal e profissional, que celebram a PBH ATIVOS S/A e a empresa ASSPROM – Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte.

A **PBH ATIVOS S/A**, sociedade de economia mista, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 1245 – 12º Andar – Savassi – Belo Horizonte / MG – CEP: 30.112-024, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada por seu Diretor Presidente Pedro Meneguetti, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 418.354.846-20, e pela sua Diretora Executiva, Soraya de Fátima Mourthé Marques Lage, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 441.021.276-15, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa . ASSPROM – Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 19.201.128/0002-22, estabelecida à rua dos Guajajaras nº 43, bairro Boa Viagem, Belo Horizonte-Minas Gerais, CEP: 30.180-103 representada por seu Presidente, Carlos Augusto de Araújo Cateb portador da CI: 10.616/OAB-MG e CPF: 002.070.046-68 e por sua Superintendente de Educação para o Trabalho, Rosânia Alves Teles, portadora da CI: M-1.684.206/SSP/MG e CPF: 465.830.686-72, neste ato denominada **CONTRATADA**, celebram o presente CONTRATO, decorrente do Procedimento de contratação direta - Inexigibilidade 012/2020, processo administrativo nº 02.20.661, conforme cláusulas e condições a seguir especificadas:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA: DAS DEFINIÇÕES**

1.1. Os termos abaixo, grafados em caixa alta, quando utilizados no presente Contrato, terão os significados abaixo descritos, tanto quando utilizados no singular, quanto no plural:

- I. **CONTRATADA**: a vencedora do procedimento de **CONTRATAÇÃO DIRETA**, na condição de signatária do presente CONTRATO;
- II. **CONTRATANTE**: PBH ATIVOS, na condição de signatária do CONTRATO;
- III. **CONTRATO**: presente contrato de prestação dos **SERVIÇOS**, celebrado entre a PBH ATIVOS e o vencedor do procedimento de **CONTRATAÇÃO DIRETA**, incluindo todos os seus anexos;
- IV. **TR**: Termo de referência referente ao procedimento de **CONTRATAÇÃO DIRETA**, incluindo todos os seus anexos;
- V. **CONTRATAÇÃO DIRETA**: procedimento administrativo vinculado às hipóteses contidas nos arts. 28, §3º, 29 e 30 da Lei Federal nº 13.303/2016, no qual a PBH Ativos poderá, ou deverá dispensar a realização de licitação.
- VI. **PARTICIPANTE**: pessoa jurídica que participe do procedimento de **CONTRATAÇÃO DIRETA**, conforme condições estabelecidas no TR/CONTRATO e na legislação aplicável;
- VII. **INEXIGIBILIDADE**: Procedimento realizado na modalidade **CONTRATAÇÃO DIRETA**, referente a este processo, que resultou no presente CONTRATO;
- VIII. **SERVIÇOS**: denomina os serviços que compõem o objeto da **CONTRATAÇÃO DIRETA**, conforme especificações do TR, bem como da Proposta apresentada pelo **PARTICIPANTE**.
- IX. **AT-ADOLESCENTE TRABALHADOR** - Jovem em formação pessoal e profissional, admitido e registrado pela **CONTRATADA**, pelo regime da CLT, obedecidos os critérios estabelecidos no Estatuto da ASSPROM e normas que visam a orientação profissionalizante educacional.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E DOS ANEXOS

**2.1.** Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços para a execução de atividades auxiliares por 01 (um) Adolescente Trabalhador(a)-AT, em formação pessoal e profissional, admitido e registrado pela **CONTRATADA**, pelo regime da CLT, obedecidos os critérios estabelecidos no Estatuto da ASSPROM e normas que visam a orientação profissionalizante educacional, para as funções descritas no detalhamento do objeto.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O (a) Adolescente Trabalhador(a)- AT, é o adolescente/jovem proveniente de família de baixa renda, selecionado e admitido pela **CONTRATADA**, obedecidos os critérios estabelecidos no Estatuto da ASSPROM e normas que visam a orientação e formação profissionalizante e sua inserção no mercado de trabalho.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Em determinadas situações e por prazo limitado, a formação prevista nesta cláusula poderá ser completada por jovem trabalhador que, ao completar 18 anos, participava dos programas de formação e profissionalização da **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – As condições de trabalho a que os adolescentes assistidos estarão submetidos, serão estabelecidas de acordo com o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, capítulo V. Artigo 67 (Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990), e demais dispositivos legais e regulamentares que regem o trabalho do menor quais sejam: Decreto nº 6481/2008 expedido pela Secretaria de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho e do Emprego- TEM.

**2.1.1.** Integram o presente CONTRATO, para todos os fins de direito:

- I. Anexo I do TR– Prestação do serviço;
- II- Proposta da Contratada;

**2.1.2.** Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos documentos mencionados no *caput* e as deste CONTRATO, prevalecerão as regras contidas no Termo de Referência.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

**3.1.** Este CONTRATO é regido pelas suas disposições, incluindo seus anexos e pelas seguintes normas, incluindo suas alterações: Lei Municipal nº 15.113/2013; Leis Federais nºs.: 12.846/2013, 10.406/2002 e nº 13.303/2016, Instrução Normativa PBH ATIVOS nº 007/2019, que instituiu o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PBH ATIVOS, e ainda, pelas demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, e pelos preceitos de direito privado.

## CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

**4.1.** O prazo de vigência deste CONTRATO é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da lei, em especial dos artigos 71, 72 e 81 da Lei Federal 13.303/2016.

**4.2.** A prorrogação a que se refere o subitem anterior será realizada mediante termo aditivo.

**4.3.** Ocorrendo prorrogação, serão mantidas as condições do CONTRATO inicial e observada a legislação em vigor.

## CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO

**5.1.** O prazo para início da execução dos serviços pela CONTRATADA será contado a partir da assinatura do CONTRATO, e, o seu recebimento pela CONTRATANTE, será procedido da seguinte forma:

**I. Provisoriamente**, para efeito de posterior verificação se encontrar da conformidade com o especificado no TR;

**II. Definitivamente**, no caso de a execução do serviço estar de acordo com o especificado no TR e anexos.

**5.2.** Caso seja constatada a desconformidade do SERVIÇO com as especificações do CONTRATO, a CONTRATADA deverá corrigir a irregularidade dentro do prazo fixado pela CONTRATANTE, sem qualquer ônus para esta e sem prejuízo das sanções aplicáveis.

**5.3.** Em caso de irregularidade, o empregado da CONTRATANTE responsável pelo recebimento reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à Gerência Administrativa da CONTRATANTE para as providências cabíveis na forma da legislação.

**5.4.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios revelados posteriormente, nem pela garantia e qualidade dos SERVIÇOS.

## CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR

**6.1.** Pela execução do objeto do presente CONTRATO, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global estimado de R\$ 32.025,24 (trinta e dois mil, vinte e cinco reais e vinte e quatro centavos), para o período de vigência deste contrato e que corresponde à importância de um salário calculado nos termos da cláusula Nona deste Contrato, para cada AT em atividade, acrescida de 92,43% (noventa e dois vírgula quarenta e três por cento) sobre o salário, a título de encargos sociais, previdenciários, educacionais e mais: 10% (dez por cento) sobre o salário mínimo integral, a título de taxa de uniforme e 12% (doze por cento) sobre o somatório de salário, encargos e taxas de uniforme, a título de comissão de administração, conforme planilha estimativa anual de salário, benefícios e encargos – Anexo I.

**6.2.** Estão consideradas no preço previsto no *caput* todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**6.3.** O valor deste contrato é apresentado no Sistema Duodécimo, onde já está previsto os custos relativos a férias, 13º salário, rescisões de contrato de trabalho, devolução do ADOLESCENTE TRABALHADOR e serviços de Medicina do Trabalho, não havendo quaisquer ônus adicionais para a CONTRATANTE, conforme Anexo I.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO

**7.1.** O pagamento deverá ser realizado mensalmente, pela Gerência Financeira mediante as Notas Fiscais emitidas pela ASSPROM, no prazo máximo de até 20 (vinte) dias.

**7.2.** O pagamento à CONTRATADA será realizado por meio de depósito bancário e/ ou boleto bancário.

**7.3.** Nos preços constantes do contrato a ser celebrado deverá estar incluído todas as despesas de frete, embalagens, impostos, transporte, mão de obra e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato.

**7.4.** Os documentos fiscais deverão ser atestados mensalmente pelo fiscal do contrato, previamente designado pelo CONTRATANTE, por publicação no DOM (Diário Oficial do Município).

**7.5.** A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal/fatura conforme legislação vigente.

**7.6.** A **CONTRATADA** apresentará, até o dia 26 (vinte e seis) do mês da execução dos serviços, a nota fiscal/fatura referente às atividades realizadas durante o mês em curso, conforme previsto no Anexos I a qual, após aprovada pela **CONTRATANTE**, será quitada até o 6º (sexto) dia do mês seguinte.

**7.7.** Havendo irregularidades na emissão da Nota Fiscal/Fatura o prazo para pagamento será contado a partir da sua reapresentação devidamente regularizada.

**7.8.** Em caso de não liquidação da fatura no seu vencimento, a **CONTRATANTE** pagará juros de 12% (doze por cento) a.a., pro-rata dia, atualização monetária, de acordo com o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), da Fundação Getúlio Vargas e multa de 2,0 % (dois por cento).

**7.9.** A **CONTRATADA** disponibilizará à **CONTRATANTE** os comprovantes de recolhimentos previdenciários e do FGTS, relativos ao mês anterior à prestação dos serviços, do ADOLESCENTE TRABALHADOR que estiver prestando serviço a esta.

## **CLÁUSULA OITAVA – DO RECURSO FINANCEIRO**

**8.1.** O custo deste CONTRATO ocorrerá por disponibilidade financeira da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 12 da Lei Municipal nº 10.003, de 25 de novembro de 2010.

## **CLÁUSULA NONA – DO SALÁRIO/REAJUSTE E BENEFÍCIOS**

**9.1.** O AT- Adolescente Trabalhador perceberá o salário mínimo/hora vigente, proporcional à jornada prevista no Anexo I (**6 horas**). O salário mínimo/hora é obtido de acordo com o seguinte cálculo: salário mínimo dividido por 220 (duzentas e vinte) horas, multiplicado pelo número de horas trabalhadas.

**9.1.1** A **CONTRATANTE** pagará, quando dos eventos ou por ocasião da rescisão do contrato ou substituição do AT, as importâncias referentes à diferença de férias e 13º salário, decorrentes de reajustes do salário mínimo.

**9.1.2** O total de horas mensais, com base na jornada diária mencionada no item 11.4.1, será de 180 (cento e oitenta).

**9.2** A estimativa de vales transportes e vales refeição está demonstrada no Anexo I que integra este contrato.

**9.2.1** Nos casos em que as linhas de ônibus utilizadas pelo adolescente possibilitarem a adoção da utilização da "meia tarifa" através da Integração, o limite diário para a concessão de vale transporte será de 4 (quatro ) vales diários.

**9.2.2** A **CONTRATADA** encaminhará à Gerência Administrativa do **CONTRATANTE** a cópia da declaração Referente a vale transporte assinado pelo empregado mediante admissão ou pedido de alteração.

**9.2.2.1** Após a conferência, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor devido, deduzida a parcela de contribuição do empregado, na forma da lei.

**9.3** Ao **ADOLESCENTE TRABALHADOR** será fornecido pela **CONTRATADA** o vale refeição no valor de R\$16,56 (dezesesseis reais e cinquenta e seis centavos), por dia trabalhado.

**9.4** Este Contrato será reajustado toda vez que houver alteração do valor do salário mínimo e tarifas de transporte público, ou modificação na legislação em vigor, por dissídio coletivo de classe e/ou por mútua conveniência das partes.

**9.4.1.** Os reajustes poderão ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

**9.4.2.** A PBH Ativos poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela **CONTRATADA**.

**9.5.** Os novos valores contratuais decorrentes do reajuste terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- I - A partir da assinatura da apostila/termo aditivo;
- II - Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das repactuações futuras ou;
- III - Em data anterior à repactuação do CONTRATO, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

**9.6.** No caso previsto no inciso III, o pagamento retroativo deverá ser concedido exclusivamente para os itens que motivaram a retroatividade, e apenas em relação à diferença porventura existente.

## **CLÁUSULA DÉCIMA: DO DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES**

**10.1.** As atividades principais do adolescente são assim descritas:

- Recolher e entregar documentos diversos internamente e externamente;
- Colaborar nos serviços de tiragem de cópias, bem como digitalização;
- Colaborar com o serviço de protocolo;
- Colaborar no arquivamento de documentos em geral;
- Demais atividades de rotina, de caráter administrativo, indicada pelo **CONTRATANTE**.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**11.1.** A **CONTRATADA** deverá cumprir fielmente as disposições previstas neste contrato, no Termo de Referência, na legislação vigente, atuando em consonância com os princípios da probidade e da boa-fé, cabendo-lhe, especialmente:

- I. Efetuar a prestação dos serviços conforme fixado no Anexo I do Termo de Referência.
  - II. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no TR, em cumprimento ao disposto no Inciso IX do artigo 69 da Lei Federal nº 13.303/2016.
  - III. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a CONTRATANTE, bem como a eventual perda dos pressupostos para a participação de licitação.
  - IV. Cumprir, dentro dos prazos assinalados, as obrigações contratadas.
  - V. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do CONTRATO em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados.
  - VI. manter uma Central de Atendimento e esta deverá ficar disponível nos horários de funcionamento da CONTRATANTE;
  - VII. alocar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto contratual, assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas e previdenciários, bem como os atinentes a seguro com acidentes de trabalho de seus empregados, zelando pela fiel observância da legislação incidente.
  - VIII. pagar, como responsável único, todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto do CONTRATO, podendo a CONTRATANTE, a qualquer momento, exigir da CONTRATADA a comprovação de sua regularidade.
  - IX. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
  - X. Informar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência que possa impactar a regular execução do CONTRATO, oportunidade em que deverá ainda indicar as medidas necessárias à reversão da questão e a mitigação de seus impactos.
- 11.2.** Recrutar, selecionar e realizar o curso preparatório para a inserção do AT no mercado de trabalho, conforme critérios estabelecidos no Estatuto da Entidade.
- 11.3.** Manter o AT em permanente formação por meio de cursos profissionalizantes, bem como sua formação pessoal com atividades de esportes, lazer, cultura, meio ambiente e saúde.
- 11.4.** Encaminhar o AT para os locais destinados para a execução das atividades de trabalho devidamente uniformizado e orientado quanto ao cumprimento das normas e regimentos internos da **CONTRATANTE**.
- 11.4.1** O horário de trabalho, no cumprimento da jornada de 6 horas diárias, de segunda a sexta-feira, deverá ser fixado previamente e por escrito, de comum acordo com a **CONTRATANTE**, será executado entre 07(sete) e 18(dezoito) horas, considerando-se a necessidade do AT, frequentar o ano escolar.
- 11.5.** Ao se apresentar à **CONTRATANTE**, o AT deverá apresentar a sua CTPS, devidamente anotada pela **CONTRATADA**, em conformidade com a lei, que se obriga a mantê-la atualizada.
- 11.6.** O uniforme deverá ser fornecido ao ADOLESCENTE TRABALHADOR em remessas semestrais, a contar da data de admissão do mesmo, na sede da **CONTRATADA**, conforme valores previstos no Anexo I que acompanha este Contrato.
- 11.7.** Acompanhar e orientar o AT em suas atividades profissionais, inclusive através de visitas à **CONTRATANTE**.



**11.8.** Cumprir rigorosamente os prazos pactuados.

**11.9.** Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pela **CONTRATANTE** quanto à prestação do serviço.

**11.10.** Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste Contrato.

**11.11.** É de responsabilidade da **CONTRATADA** a solução de todo e qualquer problema, no âmbito de suas responsabilidades, inclusive quanto aos seus funcionários, ou terceiros a seu serviço, surgidos no decorrer do **CONTRATO**, mesmo que haja necessidade de uso de solução não prevista, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

**11.12.** A **CONTRATADA** deverá atender, durante a vigência contratual, de forma imediata, toda e qualquer solicitação da **CONTRATANTE** decorrente de reformulação, correção ou adequação do serviço que se fizerem necessárias.

**11.13.** A **CONTRATANTE** poderá solicitar reunião a qualquer momento, na forma presencial, na sede da **CONTRATANTE**, visando a apresentação de relatórios e definir ações corretivas e ajustes que se fizerem necessários ao bom cumprimento do **CONTRATO**.

**11.14.** A **CONTRATADA** deverá indicar, formalmente, um de seus funcionários para atuar como Gestor do **CONTRATO** junto a **CONTRATANTE**. Este gestor será o responsável por toda relação contratual com a **CONTRATANTE**, apresentar relatórios e participar de reuniões com a **CONTRATANTE**.

**11.15.** É obrigação da **CONTRATADA** arcar com os custos relativos ao transporte e a alimentação dos profissionais alocados na execução do objeto desta contratação.

**11.16.** A **CONTRATADA** deverá manter sigilo absoluto sobre o serviço ou qualquer informação, operação, documento, comunicação, equipamento ou material da **CONTRATANTE** da qual venha a ter acesso durante a execução do serviço.

**11.17.** A **CONTRATADA** deverá alocar **PREPOSTOS** com a devida qualificação e em número compatível com as especificações dos **SERVIÇOS**, devendo:

- I. Antes do início da execução do **CONTRATO**, a **CONTRATADA** deverá indicar o **PREPOSTO** que será o Representante da **CONTRATADA** no âmbito do **CONTRATO**, o qual deverá possuir capacitação e os poderes necessários para:
  - a) Garantir a regularidade do vínculo existente entre si e seus **PREPOSTOS** durante toda a vigência do **CONTRATO**;
  - b) Realizar a interlocução com a **CONTRATANTE**, incluindo o fornecimento das informações necessária à regular prestação dos serviços, e aquelas solicitadas pela **CONTRATANTE**;
  - c) Participar das reuniões;
  - d) Dirimir eventuais dúvidas ou questões que necessitem de correção;
- II. Comprovar a capacitação e a regularidade dos **PREPOSTOS** alocados, bem como apresentar à **CONTRATANTE**, sempre que requerido, os documentos e informações necessários à referida comprovação;

- III. Garantir a observância das disposições do CONTRATO e da legislação vigente pelos PREPOSTOS, obrigando-se a manter a CONTRATANTE indene com relação a eventuais prejuízos causados pelos PREPOSTOS à PBH ATIVOS ou a terceiros;
- IV. Notificar a CONTRATANTE, previamente, em caso de substituição de PREPOSTOS, resguardando para que a substituição não comprometa a qualidade e a continuidade dos SERVIÇOS, bem como para que os novos PREPOSTOS atendam ao disposto no CONTRATO;
- V. Substituir os PREPOSTOS, caso eventualmente requerido pela CONTRATANTE de forma motivada;
- VI. Garantir que os PREPOSTOS, incluindo aqueles que venham a ser substituídos, observem os deveres legais e contratuais de sigilo, inclusive após o fim de vigência do CONTRATO;
- VII. Arcar com todos os custos relacionados aos PREPOSTOS, em especial, mas não se limitando a encargos trabalhistas, previdenciários, securitários e fiscais, tributos, transporte, hospedagem e alimentação, seguros, EPI/EPC, encargos de contratação, de dispensa e de treinamento.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

**12.1.** Disponibilizar vaga para que o adolescente exerça suas atividades compatíveis com as condições físicas e intelectuais de uma pessoa em formação.

**12.2.** Proporcionar condições adequadas de trabalho e do ambiente, observando as normas e regulamentos de proteção ao trabalho do menor.

**12.3.** Designar uma pessoa que acompanhará o AT no desenvolvimento de suas atividades nas instalações da **CONTRATANTE**.

**12.4.** Participar do processo de formação profissional do AT, orientando e estimulando a aquisição de novos conhecimentos.

**12.5.** Disponibilizar o AT para participar de atividades de diversas naturezas elaboradas pela **CONTRATADA**, que visam o aperfeiçoamento técnico e humano, sem prejuízo de suas atividades de trabalho.

**12.6.** Apurar e enviar à **CONTRATADA** até o dia 10 (dez) de cada mês, o Atestado de Frequência do Adolescente Trabalhador à disposição, relativo ao mês anterior.

**12.7.** Convocar a qualquer tempo, a presença do Técnico de Acompanhamento da **CONTRATADA** para solução de questões envolvendo o AT, podendo, inclusive, ocorrer sua substituição.

**12.8.** Prestar todas as informações necessárias com clareza à **CONTRATADA** para a execução dos serviços contratados.

**12.9.** Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na prestação dos serviços.

**12.10.** Requisitar, motivadamente, por escrito, a substituição do AT colocado à sua disposição, solicitando a substituição do mesmo, que deverá ser atendida pela **CONTRATADA** no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.



**12.11.** Deliberar sobre os casos omissos e não previstos, observadas as disposições da Lei Federal n.º 13.303/2016 e/ou mediante acordo entre as partes.

**12.12.** Designar o um fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO.

**12.13.** Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA.

**12.14.** Permitir e acompanhar o acesso dos funcionários da CONTRATADA às suas dependências, para execução dos serviços referentes ao objeto, sempre que necessário.

**12.15.** Vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais, ou ser prejudicial à saúde dos empregados.

**12.16.** Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nos termos estabelecidos neste Instrumento, após o recebimento definitivo dos serviços.

**12.17.** Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços.

**12.18.** Notificar, por escrito, a CONTRATADA acerca da aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e a ampla defesa.

**12.19.** Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, quando necessário.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CESSÃO DO CONTRATO, DE SUAS OBRIGAÇÕES E DA SUBCONTRATAÇÃO**

**13.1.** O presente CONTRATO não poderá ser cedido ou utilizado sob qualquer hipótese como título de circulação comercial, caução, cessão de crédito e/ou documento exequível a ser apresentado contra a CONTRATANTE por Terceiros.

**13.2.** Fica vedado à CONTRATADA transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos nesse CONTRATO.

**13.3.** A CONTRATADA não poderá:

- I. Subcontratar total ou parcialmente o objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo CONTRATANTE, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da CONTRATADA;
- II. Associar-se com outrem, realizar fusão, cisão, incorporação ou integralização de capital, salvo com expressa autorização do CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DO SIGILO**

**14.1.** Caso a CONTRATADA venha a ter acesso a dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa, direta ou indiretamente, em decorrência da execução do objeto contratual, deverá manter o sigilo dos mesmos, bem como orientar os profissionais envolvidos a cumprir esta obrigação, respeitando-se as diretrizes da CONTRATADA, e respondendo, em caso de descumprimento, na forma da Lei Federal nº 12.527/2011 e demais legislações aplicáveis.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DA CONDUTA E INTEGRIDADE

**15.1.** A partes, na execução do objeto deste CONTRATO, se obrigam a respeitar, cumprir e fazer cumprir, o Código de Conduta e Integridade da PBH ATIVOS, veiculado por meio da Instrução Normativa nº009/2018 e disponibilizado no sítio eletrônico da PBH ATIVOS - <http://pbhativos.com.br/governanca-corporativa/politicas/>, comprometendo-se com a ética, a integridade corporativa, e a sustentabilidade nos pilares econômico, social e ambiental, além de:

- I - recusar práticas de concorrência desleal, trabalho infantil, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho forçado ou em condições degradantes, assim como toda e qualquer forma de violência física, sexual, moral ou psicológica;
- II - tratar com respeito, cordialidade e em conformidade com os princípios daquele Código de Conduta e Integridade todos os envolvidos na execução do objeto desta contratação, oferecendo tratamento equânime a todos eles, evitando qualquer privilégio, discriminação e toda forma de corrupção e fraude;
- III - oferecer produtos e serviços de qualidade visando à plena satisfação dos seus clientes;
- IV - preservar e tratar com sigilo os dados cadastrais e informações pertinentes a clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros, obtidos em decorrência da execução do objeto desta contratação;
- V - abster-se de indicações a clientes, ainda que por eles solicitadas, de prestadores de serviços ou fornecedores, mantendo uma comunicação de forma estritamente profissional;
- VI - rejeitar presentes, gratificações ou vantagens, ainda que sob a forma de tratamento preferencial de ou para clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros ligados aos negócios ou interesses da CONTRATANTE e;
- VII - promover a excelência no atendimento aos clientes, assumindo responsabilidades e priorizando a qualidade, o prazo e a eficiência no tratamento das demandas.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

**16.1.** Nos procedimentos licitatórios realizados pela CONTRATANTE serão observadas as determinações que se seguem, além das disposições insertas nas IN-009/2018-Código de Conduta Ética e Integridade da PBH ATIVOS e IN-011/2018-Política de Integridade e Anticorrupção da PBH ATIVOS.

**16.2.** A CONTRATADA deverá observar o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução do CONTRATO Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

- I - “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário e/ou empregado público no processo de licitação ou execução do CONTRATO;
- II - “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um CONTRATO em detrimento do CONTRATANTE;
- III - “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do CONTRATANTE, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o CONTRATANTE dos benefícios da competição livre e aberta;
- IV - “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um CONTRATO;

V - “prática obstrutiva” significa destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

**16.3.** A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

**17.1.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas nas Leis Federais nº 13.303/2016 e nº 10.406/2002, no RILC da PBH ATIVOS e demais normas aplicáveis.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

**18.1.** A prática de atos ilícitos e o descumprimento total ou parcial das obrigações constantes deste CONTRATO, pelo futuro CONTRATADO implicarão nas seguintes sanções administrativas:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PBH Ativos.

#### **18.2. Da advertência:**

**18.2.1.** A sanção de advertência consiste em uma comunicação formal ao CONTRATADO, aplicável a irregularidades de menor potencial lesivo ou de risco, por meio da qual será o CONTRATADO advertido sobre o descumprimento de obrigação legal assumida, cláusula contratual ou falha na execução do serviço ou fornecimento, determinando que seja sanada a impropriedade e, notificando-o de que, em caso de inobservância ou reincidência, sanção mais elevada.

#### **18.3. Da multa:**

**18.3.1.** O infrator que descumprir a legislação ou cláusulas contratuais ou der causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos neste TR e no CONTRATO, ou ainda, der causa à inexecução total ou parcial do CONTRATO, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, devendo ser observados, os seguintes percentuais e diretrizes:

- I** – multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega da execução dos serviços, objeto da contratação, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor da contratação;
- II** – multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato em caso de recusa do infrator em assinar o CONTRATO, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;
- III** – multa de 3% (três por cento) sobre o valor total do contrato, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:

- a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do CONTRATO, nos termos da Lei 13.303/2016 e Regulamento Interno de Licitações e Contratos;
  - b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
  - c) deixar de regularizar, no prazo definido pelo CONTRATANTE, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
  - d) não devolver eventuais valores pagos indevidamente pela CONTRATANTE;
  - e) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do CONTRATO;
  - f) tolerar, no cumprimento do CONTRATO, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
  - g) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pelo CONTRATANTE;
  - h) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
  - i) deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do CONTRATO nas datas avençadas;
  - j) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;
- IV** – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
- V** – multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, quando o infrator der causa à rescisão do mesmo;
- VI** – indenização a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do CONTRATO e sua conduta implicar em gastos à CONTRATANTE superiores aos contratados.

**18.3.2.** Se a recusa em assinar o CONTRATO a que se refere o inciso II do subitem 18.3.1 for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a PBH ATIVOS poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

**18.3.3.** O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

**18.3.4.** A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste CONTRATO, cumulando-se os respectivos valores.

**18.3.5.** Quando da aplicação da penalidade de multa deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

**18.3.6.** O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do CONTRATO, devendo os instrumentos respectivos ser rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas pela autoridade competente para contratação.

#### **18.4. Da suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PBH Ativos.**

**18.4.1.** Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o CONTRATO, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do

CONTRATO, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a PBH ATIVOS, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no CONTRATO e das demais cominações legais.

## **18.5. Dos procedimentos**

**18.5.1.** Na aplicação das penalidades será facultada a apresentação de defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis da notificação do CONTRATADO, que será contado da data de juntada do aviso de recebimento – AR aos autos do processo administrativo correspondente ou do protocolo da notificação.

**18.5.2.** O resultado do julgamento da defesa prévia será publicado no Diário Oficial do Município.

**18.5.3.** Do resultado do julgamento da defesa prévia caberá, no prazo de 10 (dez) dias úteis da publicação de que trata o item anterior, a apresentação de recurso administrativo.

**18.5.4.** Os recursos têm efeito suspensivo, isto é, até que sejam decididos, o processo licitatório/contratação direta não terá seguimento, exceto quando manifestamente protelatório ou quando se puder decidir de plano.

**18.5.5.** Durante a fase de execução do CONTRATO, caberá à Diretoria Executiva:

I. julgar as defesas prévias;

II. receber os recursos, apreciar sua admissibilidade, manifestar-se sobre seus termos e encaminhar ao Diretor Presidente para decisão final e aplicação da penalidade, se for o caso.

**18.5.6.** As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, cumulativamente, após a análise do caso concreto e não exime a CONTRATADA do dever de plena execução do objeto contratado.

**18.5.6.1.** No caso de multa, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para o recolhimento do valor respectivo.

**18.5.6.2.** Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:

I. desconto na fatura imediatamente subsequente ao julgamento do recurso ou do decurso do prazo para sua interposição;

II. execução da garantia do CONTRATO, caso o valor da fatura não seja suficiente, se houver garantia;

III. adoção das demais medidas extrajudiciais e judiciais cabíveis, tais como protesto e/ou inscrição do débito nos órgãos de proteção ao crédito, e ingresso com a devida ação judicial.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**19.1.** O CONTRATO poderá ser extinto:

I. pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;

II. pelo término do seu prazo de vigência;

III. por acordo entre as partes, desde que a medida não acarrete prejuízos para a CONTRATANTE;

IV. em função da resolução contratual pela CONTRATANTE, conforme disposto neste CONTRATO.

**19.2.** A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente, por justa causa, o presente CONTRATO, sem que seja devida qualquer multa, penalidade ou indenização em favor da CONTRATADA, nos seguintes casos:

- I. inexecução total ou parcial do CONTRATO, pela CONTRATADA;
- II. descumprimento ou o cumprimento irregular ou incompleto de cláusulas contratuais pela CONTRATADA, incluindo, dentre outras hipóteses:

- a) atrasos injustificados;
- b) subcontratação total ou parcial do objeto contratual, a cessão ou transferência, total ou parcial dos direitos e deveres dele decorrentes, sem o prévio e expresso consentimento prévio da PBH ATIVOS;
- c) fusão, cisão, incorporação, ou associação da CONTRATADA com outrem, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- d) desatendimento das determinações do gestor ou do fiscal do CONTRATO exaradas em consonância com o CONTRATO;
- e) cometimento reiterado de faltas na execução do CONTRATO.
- f) decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- g) dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADA;
- h) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do CONTRATO;
- i) razões de interesse da CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo interno;
- j) ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do CONTRATO;
- k) não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado, ou falta de complementação do valor no caso de execução do valor ou de insuficiência, independente do motivo;
- l) descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- m) perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;
- n) nos casos em que a CONTRATADA for agente econômico envolvido em casos de corrupção, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**19.2.1.** Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

**19.2.2.** A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE motivada por descumprimento contratual da CONTRATADA acarretará as seguintes consequências:

- I. execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela CONTRATANTE, caso haja;
- II. retenção dos créditos decorrentes do CONTRATO até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, na hipótese de insuficiência da garantia contratual.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**



**20.1.** A CONTRATADA deverá manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência, em cumprimento ao disposto no Inciso IX do artigo 69 da Lei nº 13.303/2016.

**20.2** A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste CONTRATO, conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 81 da Lei 13.303/2016.

**20.3.** A tolerância do CONTRATANTE com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA, não importará de forma alguma em alteração ou novação.

**20.4** A CONTRATADA não poderá caucionar ou utilizar o presente CONTRATO para qualquer operação financeira.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DA PUBLICAÇÃO**

**21.1.** A publicação do extrato do presente CONTRATO no “Diário Oficial Municipal” correrá por conta e ônus do CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DO FORO**

**22.1.** Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas do presente instrumento.

E, por assim terem contratado, as partes assinam o presente CONTRATO em duas vias, de igual teor, bem como as testemunhas abaixo.

Belo Horizonte, 07 de julho de 2020

Soraya Mourthé  
Diretoria Executiva  
**PBH ATIVOS**

Pedro Meneguetti  
Diretoria da Presidência  
**PBH ATIVOS**

Rosânia Alves Teles  
Superintendente de Educação p/ o Trabalho  
**ASSPROM**

Carlos Augusto de Araújo Cateb  
Presidente  
**ASSPROM**

### **Testemunhas:**

**Nome:**  
**CPF:**

**Nome:**  
**CPF:**

## ANEXO I PROPOSTA DA CONTRATADA



### ESTIMATIVA DE CUSTO

À  
**PBH ATIVOS**  
A/C.: Helena dos Santos

Segue, abaixo, custo para a formação pessoal e profissional por meio do trabalho de 01 (um) Adolescente Trabalhador assistido, a ser admitido e registrado pela ASSPROM, fundamentada nos termos da legislação trabalhista. A formação e capacitação profissional do Adolescente Trabalhador se darão nas dependências da PBH ATIVOS e da ASSPROM ou em locais determinados por ambas. Carga horária - 06 horas/ dia. As atividades principais a serem desenvolvidas pelo Adolescente Trabalhador:

- Recolher e entregar documentos diversos internamente e externamente;
- Colaborar nos serviços de tiragem de cópias, bem como digitalização;
- Colaborar com o serviço de protocolo;
- Colaborar no arquivamento de documentos em geral;
- Demais atividades de rotina, de caráter administrativo, indicada pela PBH ATIVOS, respeitadas as legislações que regulamentam o trabalho de menores de 18 anos.

Base salarial: Medida Provisória nº 919, de 30 de janeiro de 2020 (R\$1.045,00)

Valores em reais							
Nº DE ADOLESCENTE TRABALHADOR	SALÁRIO BRUTO	ENCARGOS SOCIAIS	TAXA DE UNIFORME	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	VALE TRANSPORTE	TICKET REFEIÇÃO	TOTAL
01	855,00	92,43%	10%	12%	344,70	364,32	2.668,77
		790,28	104,50	209,97			
Estimativa custo 12(doze) meses							32.025,24
01	855,00	790,28	104,50	209,97	344,70	364,32	2.668,77
Estimativa custo 12(doze) meses							32.025,24

#### Vale Transporte/01 AT:

4,50 x 4 x 22 = 396,00 - 6,00% = 51,30 = 344,70

Desc. 6% do salário AT já deduzido no valor considerado acima.

Obs: O valor do vale transporte está sujeito a alterações, conforme legislação.

Valor VT : PORTARIA BHTRANS DPR Nº 168/2018 de 26 de dezembro de 2018.

#### Ticket Refeição/01 AT:

22,00 x 16,56 = 364,32

#### A proposta apresentada implica forçosamente:

a) O valor do salário do adolescente está vinculado ao salário mínimo de R\$ 1.045,00, fixado de acordo com a Medida Provisória nº 919, de 30 de janeiro de 2020. Esse valor será reajustado toda vez que houver alteração no valor do salário mínimo.

b) O valor é apresentado no Sistema Duodécimo, onde é previsto os custo relativos a férias, 13º salário, rescisões de contrato de trabalho, devolução do adolescente trabalhador e serviços de Medicina do Trabalho;

c) A estimativa é de 4 VT diários x R\$ 4,50 x 22 dias, podendo variar para mais ou para menos conforme local de moradia dos adolescentes. Esse valor será reajustado toda vez que houver alterações nos preços oficiais do transporte público.

Belo Horizonte, 18 de junho de 2020.

Riza Lima  
Divisão de Contratos/Convênios

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO MENOR  
Sede: Rua dos Guajaras, nº 43, Boa Viagem - CEP: 30180-103 - Belo Horizonte/MG - FONE.: (31) 3263-1536/1537/1538  
e-mail: dcom@assprom.org.br - www.assprom.org.br